

Educação Acessível para Todos

Instituto Paradigma

A inclusão das crianças com deficiência nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental não constitui um debate diferente da inclusão social de todos os brasileiros numa sociedade mais justa e solidária.

Concretizar esta inclusão, não requer apenas identificar as necessidades, patologias, deficiências e limitações dessas crianças. Ao lado de suas características, é preciso reconhecer as possibilidades, potencialidades e os recursos que elas carregam consigo. É preciso criar, recriar, inventar recursos e estratégias que favoreçam o desenvolvimento pessoal no sentido da conquista da autonomia possível e necessária à condição humana.

A inclusão desde os primeiros anos de vida é fundamental para as crianças com deficiência, porque são nos primeiros meses e anos de vida que as estruturas físicas e organizacionais estão se desenvolvendo, e a educação pode ajudar muito. Aí está a razão da educação infantil para todos.

No caso das crianças com deficiência, é evidente, também, a relevância desse serviço num período em que as famílias ainda estão tentando entender e assimilar o que está acontecendo com seu filho (a), e ainda estão buscando diagnósticos e porquês para essa diferença. Mas, enquanto tudo isso está acontecendo a criança com deficiência tem o direito de brincar, rir, relacionar-se e aprender com todas as outras crianças. Por isso deve frequentar as creches e escolas de educação infantil, e ter oportunidade de seguir a complementação de seus estudos, no ensino fundamental, médio e superior.

Mas, essas necessidades e desejos não estão podendo ser atendidos de imediato, pois estamos vivendo um período de adaptação no processo da inclusão educacional, em todas as modalidades de ensino no país. Os profissionais da educação estão desenvolvendo as estratégias e os recursos necessários para atender a todos, seja

em termos de organização dos espaços, seja em termos do tempo, dos materiais pedagógicos, ajudas técnicas e relações de trabalho.

O Desenho Universal visa atender a maior gama possível de pessoas, planejando espaços e dimensões apropriados para interação, alcance e uso de produtos em geral, independentemente do tamanho, postura ou mobilidade do usuário; reconhece e respeita a diversidade física e sensorial entre as pessoas e as modificações pelas quais passa o nosso corpo, da infância à velhice.

As adaptações estruturais nas escolas costumam ser provocadas pelas necessidades específicas de determinados alunos, e as instalações passam a ter características que atendam especialmente a eles. Com a prática da educação inclusiva, o aumento na presença de crianças com diferenças deflagrará a demanda por acessibilidade nas escolas.

A acessibilidade das escolas públicas e privadas deve ser realizada, de preferência, no período de planejamento da construção de cada nova unidade escolar, reduzindo custos futuros.

As adaptações e modificações arquitetônicas para acessibilidade de escolas prontas devem também ser planejada com antecedência, para atender aos atuais e futuros alunos com deficiências.

O Planejamento deve seguir o critério da escola aberta para todos. Por exemplo: dentro de banheiros masculinos e femininos de professores, alunos ou de funcionários administrativos deve ter uma unidade adaptada para deficientes físicos, ou pessoa que tenha baixa mobilidade.

Esta unidade é prioritariamente usada pela pessoa com deficiência, o que não impede sua utilização por todos.

Na contingência de uma escola acessível, podemos ter professores, funcionários, alunos e ou familiares com deficiências circulam no ambiente escolar de forma natural.

Ao mesmo tempo em que são realizadas as reformas arquitetônicas, devem ser realizadas formações para todos os funcionários da escola sobre o novo modelo de inclusão total, com o objetivo da diminuição das barreiras subjetivas e demais resistência a mudanças.

Devem ser adotados os princípios de Desenho Universal para garantir-se abrangência e qualidade dos novos projetos e reformas. Deve-se buscar um planejamento ou programa de adaptação das escolas norteado por esse conceito, pensando atender a maior gama de necessidades dos diferentes alunos. Este deve ser considerado pré-requisito, sendo estudadas em seguida as soluções especiais para alguma especificidade, quando necessárias.

Desenho universal é o processo de criar produtos, serviços e sistemas que possam ser utilizados pela maior gama possível de pessoas com distintas habilidades, abarcando maior tipo de situações possíveis, os produtos são concebidos para todos, podendo ser utilizados por cada um, seguindo sempre o critério de flexibilidade e compatibilidade.

O desenho universal tem como mandamentos para os espaços:

- 1 – Uso proveitoso;
- 2 - Uso de modo fácil e intuitivo;
- 3 - Flexibilidade de uso;
- 4 - Informação percebida;
- 5 - Tolerância ao erro;
- 6 - Baixo esforço físico;
- 7 - Tamanho e espaço de aproximação;

O mobiliário da escola: todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem da escola, como por exemplo: carteiras, mesas, janelas, portas, corredores, estacionamento, ginásio de esportes e outros, devem estar adequados às necessidades dos usuários deficientes. Seguindo, por um lado a prescrição individualizada para cada caso, e por outro utilizando o conceito de desenho universal - aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população – estaremos garantindo o

acesso - possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário e equipamento urbano - para todos.

Por exemplo: carteiras e mesas com abertura e altura adequadas para um aluno que utilize cadeira de rodas; espaço suficiente de manobras dentro da sala de aula, bem como portas de todos os ambientes com largura adequada e adaptações para facilitar a vida acadêmica do deficiente, garantindo, em cada caso, a equiparação de oportunidades de aprendizagem.

As órteses de mãos facilitam a manipulação de lápis, borracha, papel, régua, cola, e são em muitos casos necessidades essenciais, sem as quais o indivíduo não consegue desempenhar nenhuma atividade. A presença ou ausência destes recursos pode comprometer todo o processo de inclusão do deficiente na escola.

A postura do aluno com deficiência na carteira, ou na cadeira de rodas dependendo de cada caso, deve ser observada com atenção. Qualquer postura inadequada do tronco pode causar danos na coluna, bem como dores e cansaço excessivo, e neste caso o conforto e a ergonomia garantem o bom desempenho escolar.

O piso da escola como um todo, e em particular o piso da sala de aula deve ser plano e estável, caso contrário não vai adiantar introduzir um mobiliário adequado em um piso irregular.

De igual importância é a adequação da mobília das áreas comuns, refeitórios, bibliotecas, salas de ginástica, garantindo uma mobilidade adequada da pessoa com deficiência em todos os ambientes da escola. Podemos citar como exemplo, a utilização de corrimão na área comum, barras ao lado do assento sanitário, bandeja recortada para fixação na cadeira de rodas.

Os facilitadores pedagógicos (brinquedos pedagógicos, pranchas de apoio, prancha ortostática, stand-table, adaptações de mão para uso de lápis, tesoura, borracha, e os demais recursos e acessórios didáticos adaptados, englobando a comunicação a compreensão e a resposta do aluno também são recursos fundamentais para a rotina da escola inclusiva.

No Brasil, a partir de 1981, que foi o Ano Internacional de Atenção à Pessoa com Deficiência, leis foram promulgadas, com o intuito de garantir o acesso a todos e

a utilização democrática dos espaços construídos . Em 1985 tivemos a primeira Norma Técnica Brasileira intitulada, “Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência” - NBR 9050, revisada em 2004, trazendo a inclusão do item “Acessibilidade em Escolas”.

Além do marco legal da acessibilidade, é necessário que os municípios brasileiros exercitem a implantação de uma política integrada para acessibilidade, promovendo interface entre os setores do Governo Federal, Estadual e Municipal, através de seus departamentos responsáveis, e permeando as diversas áreas como urbanismo, edificações, transportes e tecnologia, o que garantirá a possibilidade efetiva da inclusão do aluno com deficiência na rotina escolar, e conseqüentemente, no futuro, nas suas diferentes etapas do desenvolvimento e da educação.